

Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

# PARECER CONJUNTO EMITIDO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 032/2023.

**AUTORIA: CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL** 

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPÍO DE AFONSO CLÁUDIO/ES.

### I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Luciano Roncetti Pimenta, Prefeito Municipal encaminha para deliberação plenária, por meio da Mensagem nº 032/2023 o Projeto de Lei incluso, intitulado: DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPÍO DE AFONSO CLÁUDIO/ES.

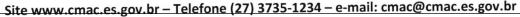
Projeto de Lei em tela, tem o escopo revogar a legislação vigente e reajustar as disposições concernente ao auxílio-alimentação dos Servidores Públicos Municipais.

A matéria foi protocolada em 28 de setembro de 2023, sob o Processo 189/2023 e lida no Pequeno Expediente da Sessão Ordinária do dia 29 de setembro de 2023. Após o regimental despacho, visando à necessidade de controle e fiscalização das matérias deste Poder, no corrente exercício.

#### II - PARECER DO RELATOR

(Q)

Ladeira Ute Amélia Gastim Pádua, nº 150 - Bairro São Tarcísio - Afonso Cláudio/ES - CEP: 29600-000







Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

Após uma detida análise da questão, percebemos que o Projeto de Lei apresentado se encontra devidamente amparado no aspecto legal e no aspecto constitucional, estando em conformidade com a técnica legislativa, não trazendo em seu bojo qualquer tipo de vício.

No tocante à juridicidade e legalidade, o Projeto coaduna-se com o direito, especialmente por se adequar às normas de regência, e aponta para a concretização da própria Constituição.

No que se refere ao quórum para a votação, o mesmo deverá seguir o disposto no artigo 209, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, devendo contar com a maioria simples dos votos para sua aprovação.

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa do Poder Executivo, que Dispõe sobre a Instituição do Auxílioalimentação aos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do município de Afonso Cláudio/ES. Quanto ao aspecto econômico e financeiro, opinamos pelo prosseguimento,

Por estas razões, na qualidade de Relator, recomendamos a <u>CONSTITUCIONALIDADE</u>, <u>LEGALIDADE</u>, <u>JURIDICIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA</u>, ao Projeto de Lei nº 032/2023 de autoria Chefe do Poder Executivo Municipal

ÉLDO LOPES TOMÉ

Relator

### III – VOTOS DOS PRESIDENTES E DEMAIS MEMBROS

Os Presidentes e demais membros das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento acompanham na íntegra o voto do ilustre Relator.

**ROSERENE PAULINO DA SILVA** 

Presidente

ADEILDE DAVEL DE OLIVEIRA

Presidente

Ladeira Ute Amélia Gastim Pádua, nº 150 - Bairro São Tarcísio - Afonso Cláudio/ES - CEP: 29600-000

Site www.cmac.es.gov.br - Telefone (27) 3735-1234 - e-mail: cmac@cmac.es.gov.br





Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

CARLOS ROBERTO TRISTÃO DE SOUZA

Membro

HILARIO LINHAUS

Membro

### PARECER FINAL

Assim sendo, nos termos do artigo 57 e 58 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Afonso Cláudio, as COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃOE FINANÇAS E ORÇAMENTO, conclui seu parecer pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA, ao Projeto de Lei nº 032/2023 de autoria do Poder Executivo Municipal.

Sala de Reuniões "Dr. José Almério Petronetto" Afonso Cláudio/ES, 19 de outubro de 2023.

ROSERENE PAULINO DA SILVA

Presidente

ADEILDE DAVEL DE OLIVEIRA

Presidente

CARLOS ROBERTO TRISTÃO DE SOUZA

Membro

LDO LOPES TOMÉ

Relator

HILÁRIO LINHAUS

Membro

Ladeira Ute Amélia Gastim Pádua, nº 150 - Bairro São Tarcísio - Afonso Cláudio/ES - CEP: 29600-000

Site www.cmac.es.gov.br – Telefone (27) 3735-1234 – e-mail: cmac@cmac.es.gov.br





Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

# EMENDA SUPRESSIVA Nº 01 AO PROJETO DE LEI N.º 032/2023 DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

SUPRIMA-SE O ARTIGO 3º E SEU PARÁGRAFO ÚNICO DO PROJETO DE LEI N º 032/2023, QUE DISPÕE SOBRE A MUNICIPAL DE AFONSO CLAUDIO INSTITUIÇÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO/ES.

O Vereador que a esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 172 e seguintes do Regimento Interno, propõe a seguinte Emenda Supressiva ao Projeto de Lei N.º 032/2023, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal:

### **EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o artigo 3º e seu parágrafo único do Projeto de Lei em epígrafe, que assim dispõe:

"Art. 3º O valor do auxílio-alimentação que trata o caput do art. 1º, poderá ser reajustado, através de decreto do Chefe do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** O reajuste do auxílio-alimentação deverá ser precedido de estimativa de impacto orçamentário-financeiro para o exercício para o exercício vigente e os dois exercícios subsequentes.

Plenário Monsenhor Paulo de Tarso Rautenstrauch.

Afonso Cláudio/ES, 19 de outubro de 2023.









Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

### **JUSTIFICATIVA**

Senhores Vereadores.

Servimo-nos do presente, para encaminhar a presente Emenda ao Projeto de Lei N.º 032/2023, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, de modo a suprimir o artigo que permite que o valor do auxílio alimentação seja reajustado por meio de decreto, e não mais por lei.

Conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, toda criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa de impacto-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos exatos termos do art. 16, I e II.

Sendo assim, é imprescindível que todo ação governamental que acarrete aumento da despesa no município, seja precedido de lei, para que haja uma maior fiscalização do Poder Legislativo Municipal.

Diante do exposto, apresentamos esta Emenda, solicitando aos nobres pares para deliberarem pela sua aprovação.

ADEILDE DAVEL DE OLIVEIRA

Vereador

